

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE
PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU

Data: 30/11/2015

Local: Sala 506-B – Prédio-Sede TRT4

Presenças:

Membros titulares: Desembargador Francisco Rossal de Araújo, Juiz do Trabalho Ricardo Fioreze e servidores José Américo Ilha de Quadros e Gabriel Pacheco dos Santos

Membros suplentes: Juizes do Trabalho Mauricio Schmidt Bastos e Andrea Saint Pastous Nocchi.

Convidados:

Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Mauro Baltar Grillo.

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

Hora de início: 17h

Hora de término: 18h20min

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de 2015, às 17h, na sala 506-B do Prédio-Sede do TRT4, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. Estiveram presentes os membros titulares Desembargador Francisco Rossal de Araújo, Juiz do Trabalho Ricardo Fioreze e servidores José Américo Ilha de Quadros e Gabriel Pacheco dos Santos. Presentes os membros suplentes Juizes do Trabalho Mauricio Schmidt Bastos e Andrea Saint Pastous Nocchi. Presente, também, o Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Mauro Baltar Grillo. A reunião foi coordenada pelo Desembargador Francisco Rossal de Araújo, conforme relato que segue: o Des. Rossal iniciou a reunião dizendo sobre a necessidade de planejar as ações do Comitê para o ano que vem. Relatou que durante o ano de 2015 o trabalho prioritário do Comitê foi a construção da proposta de implementação do cargo de segundo assistente de Juiz do Trabalho, a partir de projeto apresentado pela AMATRA IV. Cabe ao Comitê acompanhar os desdobramentos da implementação ou não do projeto pela próxima Administração. Lembrou que a capacitação foi definida como um dos próximos temas de atuação pelo Comitê, motivo da presença do Diretor da Secretaria de

Gestão de Pessoas, Mauro Baltar Grillo à reunião. O Des. Rossal teceu algumas considerações sobre as alterações na forma de trabalho provenientes com a aprovação do novo Código de Processo Civil e da Lei nº 13.015/2014. Explicou que alguns artigos do CPC estão sendo alvo de questionamentos sobre a sua constitucionalidade, o que implica também na própria constitucionalidade da Lei nº 13.015/2014. O novo sistema altera a forma dos julgamentos, além de impor a necessidade de se pensar em questões de administração e política judiciária. Disse que é necessário pensar em que tipo de capacitação será necessária de acordo com essa nova realidade, ou seja, qual tipo de servidor o Tribunal necessita para manejar processos sob essa nova perspectiva, além das questões atinentes à implantação do PJe-JT na 4ª Região, que encontra-se finalizada. A seguir, passou a palavra ao Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Mauro Baltar Grillo, que iniciou sua participação explicando que o Poder Judiciário está passando por mudanças em relação à capacitação, consistindo na implementação do modelo de Gestão por Competências na área de gestão de pessoas. Explicou que, atualmente, o plano de capacitação é baseado nas necessidades apontadas pelos servidores e gestores, por ocasião das avaliações. O modelo de Gestão de Pessoas por Competências atende às diretrizes da Resolução nº 92/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Em linhas gerais, o objetivo é alinhar as competências (técnicas e comportamentais) existentes na organização com as competências consideradas necessárias para o alcance dos objetivos organizacionais. A implantação desse modelo direcionará o processo de capacitação do Tribunal. Por meio desta nova estruturação, será possível promover atividades de educação continuada mais apropriadas às demandas individuais e institucionais, oferecendo novas oportunidades aos servidores, sendo estas compatíveis com o progresso de suas competências. Um dos reflexos será a melhor gestão dos recursos orçamentários do Tribunal destinados à qualificação do seu quadro de pessoal. Informou a existência de metas para a implantação desse modelo de gestão e que a previsão de conclusão da implantação em todo o Judiciário Trabalhista é de um a dois anos. Explicou que atualmente a capacitação dentro do Tribunal é dividida entre a Escola Judicial e a Secretaria de Gestão de Pessoas, ficando esta com cursos relacionados à parte comportamental e técnicos básicos e aquela com cursos técnicos mais específicos, direcionados a determinados cargos como, por exemplo, assistentes de Juízes. Referiu a existência de metas sobre capacitação. Informou que estão

avanzando na criação de cursos à distância – EAD, de modo a ampliar o acesso a servidores que atuam em unidades no interior do Estado. Relatou a demanda recorrente de realização de cursos presenciais no interior do Estado, mas explicou que o custo é elevado, razão pela qual os cursos à distância têm sido uma alternativa à capacitação desses servidores. Referiu também que a demanda por novos cursos aumenta conforme os adicionais de qualificação vão expirando. A gestão por competências mudará essa realidade. O Dr. Mauricio Bastos sugeriu a criação de um programa de formação específico para os servidores de primeiro grau, que contemple capacitação para as diversas atividades desempenhadas nas unidades judiciárias. Mauro Grillo disse que, após a finalização do mapeamento das competências desses cargos, será possível desenvolver programa específico de capacitação. Informou que os cargos de gestão já estão em processo de finalização do mapeamento e explicou que uma das dificuldades do procedimento é a validação, pelos gestores, das competências mapeadas. Referiu a existência de planos de formação específicos para diretores de secretaria e assistentes de Juízes. Em relação aos diretores de secretaria, foi referido pela Dra. Andrea Nocchi o recente treinamento avançado em PJe-JT para diretores de secretaria, com presença obrigatória, mediante convocação. Disse que o retorno foi muito positivo e que esse tipo ação deve ser ampliado na próxima Administração. O objetivo desse tipo de treinamento é que seja uma reciclagem constante e que o planejamento tem como objetivo unir ações diversas na formatação de um curso mais eficaz. Mauro disse que o mapeamento das atividades de gestão é simples, mas que o mapeamento das competências nas unidades judiciárias será mais complexo, em razão da multiplicidade de tarefas desempenhadas. O Des. Rossal teceu algumas considerações sobre a formação e qualificação de servidores e questionou o servidor Mauro Grillo se a SEGESP já trabalha pensando nas alterações na forma de trabalho decorrentes do PJe-JT. Mauro respondeu que o impacto do PJe-JT ainda não é sentido, mas trabalham com a perspectiva da transformação das unidades judiciárias em uma espécie de grande gabinete de Juiz, ou seja, as tarefas desempenhadas pelos servidores serão de maior complexidade, atuando no apoio direto ao trabalho do Juiz. O servidor José Américo teceu considerações sobre a grande periodicidade de novas versões do PJe-JT e a inviabilidade de treinamento a todos os servidores a cada nova versão do sistema. Por essa razão, sugeriu o trabalho com replicadores do conhecimento dentro das unidades judiciárias. Os

presentes discutiram questões relacionadas a divisão do trabalho nas unidades judiciárias por tarefa ou por carteira. O Des. Rossal disse que um dos grandes desafios do Tribunal é aproveitar a mão-de-obra de servidores sem amplo conhecimento jurídico, com a nova realidade trazida com o PJe-JT, até mesmo em razão da possível implantação do cargo do segundo assistente. Defendeu o desenvolvimento de ações de incentivo à capacitação de servidores. Disse que a divisão do trabalho por carteira ou tarefa deve ser decidida, pois isso altera a forma de capacitação dos servidores. É necessário antever essas questões, de modo a permitir ações de planejamento, pois trata-se de problema concreto na área de gestão de pessoas, uma vez que o Tribunal é formado por servidores estáveis e será necessário pensar em como aproveitar aquele servidor defasado em termos de capacitação, criando ações de incentivo à sua capacitação. O servidor José Américo estimou que, em Porto Alegre, cerca de trinta a quarenta por cento dos processos ainda são físicos e consomem cerca de sessenta por cento da força de trabalho das unidades. O Des. Rossal ressaltou a necessidade de pensar nessas questões para o próximo concurso. Os novos servidores deverão possuir maior conhecimento jurídico, por isso a tendência é de que os novos cargos sejam de analista judiciário. Questionou o servidor Mauro sobre o quantitativo de cargos de técnicos e analistas, tendo sido respondido por Mauro que a maioria dos cargos ainda é de técnico judiciário. Explicou também que o novo concurso deverá prover os cargos vagos de técnicos e que o projeto de lei em tramitação prevê a criação de cargos de analista judiciário, o que equilibrará um pouco a diferença atual. A Dra. Andrea Nocchi defendeu ser necessário ampliar o acesso de servidores sem graduação em Direito a cursos com conteúdo jurídico de maior complexidade, como é o caso dos cursos promovidos pela Escola Judicial para a formação de assistentes de Juízes. Questões como falta de perspectiva e subaproveitamento foram citadas como causas de falta de motivação à capacitação. Mauro citou também situações de técnicos judiciários que não querem desempenhar as mesmas tarefas que um analista judiciário. Trata-se de uma “guerra” de cargos, mas acredita que isso possa ter solução com possível equiparação entre os cargos, por via legislativa. O Dr. Fioreze opinou ter sido prematura a ideia de que o trabalho no PJe-JT implica que todos os servidores necessitem desempenhar todas as tarefas do processo. Ainda há espaço, embora reduzido, para atividades de menor complexidade. Defendeu ser possível dividir as atividades por tarefas e especializar servidores em tarefas

específicas, de menor complexidade, como por exemplo, análise de feitos na triagem inicial, preparação de pauta, entre outros. Essa opinião foi compartilhada pelo Des. Rossal. José Américo teceu algumas considerações sobre o novo CPC e a necessidade de pensar, desde já, em cursos de capacitação que contemplem as alterações no processo do trabalho advindas com o novo CPC. **O Des. Rossal concordou e propôs que, desde já, o Comitê proponha a priorização em cursos de atualização sobre o novo CPC, tanto para Juízes como servidores, o que contou com a concordância dos demais. A Dra. Andrea Nocchi também sugeriu como demanda de capacitação questões sobre a obrigatoriedade da uniformização de jurisprudência trazida com a Lei nº 13.015/2014, o que contou com a concordância dos demais. Gabriel teceu algumas considerações sobre o tema, dizendo que, em termos de capacitação, o quadro de servidores é deficitário, realidade sentida na fase atual de transição do processo do meio físico para o eletrônico. Estimou que, em um ou dois anos, cem por cento dos processos serão eletrônicos e, dentro dessa realidade, de dez a vinte por cento das tarefas permanecerão como de baixa complexidade. O restante do trabalho será predominantemente intelectual, o que implica na necessidade de ações de capacitação em massa. Defendeu a melhoria na capacitação promovida pelo Tribunal, além da necessidade de conscientização dos gestores na noção de capacitação diária dos seus servidores. Mostrou preocupação também com a falta de motivação de alguns servidores, defendendo ações nesse sentido. Disse que a nova realidade implica que o servidor saiba analisar o processo e não apenas desempenhar atividades manuais ou de baixa complexidade. A carência sentida é a de servidores com conhecimento técnico suficiente para trabalhar em despachos de alta complexidade, por exemplo. Mauro explicou que o TRT4 está cumprindo metas relacionadas à implementação do modelo de gestão por competências, atualmente finalizando o mapeamento dos cargos gerenciais, mas nada impede que o Tribunal defina como prioridade o mapeamento das atividades dos servidores que atuam nas varas do trabalho para que seja possível orientar as ações futuras de capacitação. O Des. Rossal retomou a condução da reunião informando que pretende fazer uma última reunião com a nova composição do Comitê, convidando o Dr. Cloceimar Lemes Silva. Sugeriu, para a próxima reunião, a discussão sobre a definição de mandatos para os integrantes do Comitê, propondo, desde já, a fixação do período de dois anos, tal como ocorre com os cargos da Administração e o envio de consulta**

ao Conselho Nacional de Justiça sobre o tema. Maiores detalhes serão tratados na próxima reunião. Ao final da reunião, a Dra. Andrea Nocchi questionou sobre o encaminhamento da proposta de redução no horário de atendimento elaborada pelo Comitê. O Dr. Fioreze informou que elaborou relatório para apresentação à Administração e que ficou pendente a definição da forma de encaminhamento em razão do debate com as associações representativas da advocacia. **O Des. Rossal determinou o envio da proposta aos integrantes para manifestação no prazo de cinco dias e, passo seguinte, encaminhamento à Presidência.** Agradeceu a presença do servidor Mauro Grillo e agendou a próxima reunião ordinária do Comitê **para o dia 14 de dezembro de 2015, às 17 horas, na sala 506-B do Prédio-Sede.** Reunião encerrada às 18 horas e 20 minutos. Ata subscrita pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente, lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais. ~~~~~